

Mapeamento de estudos sobre desinformação e jornalismo publicados em revistas indexadas pelo *Portal de Periódicos da CAPES*

HENDRYO ANDRÉ

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Ponta Grossa, Paraná, Brasil

CINTIA XAVIER

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Ponta Grossa, Paraná, Brasil

ID 2901

Recebido em
28/10/2023

Aceito em
08/12/2023

O texto mapeia, a partir de um levantamento bibliográfico no *Portal de Periódicos da CAPES*, artigos que avaliam interseções entre desinformação e jornalismo. Foram selecionados 54 trabalhos, publicados em 27 periódicos entre 2005 e 2022. Os resultados apontam a multiplicação de artigos sobre o assunto no país durante o contexto de ascensão política da extrema direita e da pandemia. Há, porém, poucas pesquisas que problematizem o tema a partir dos modos de operação do jornalismo profissional, como a noção de *noticiabilidade*, e/ou que se vinculem às demandas atuais de visibilidade – que parece ser um campo de disputas entre um paradigma disciplinar e uma lógica de desempenho.

Palavras-chave: Jornalismo. Desinformação. Visibilidade. *Noticiabilidade*.

Mapping Studies on Disinformation and Journalism Published in Journals Indexed by the CAPES Periodicals Portal

The text maps *papers* on the topic of disinformation and journalism published in Brazil. A review was carried out of 54 articles published in 27 journals indexed by an important Brazilian database. The results point to the growth of academic articles on the subject, an aspect that coincides with the political rise of the far-right and the pandemic. Nevertheless, there is a limited number of studies that critically examine the subject of misinformation from the vantage point of professional journalism, including the concept of newsworthiness. There is still a dearth of research that links to current visibility demands, a concept that appears to be a contested terrain between a disciplinary paradigm and a performance logic.

Keywords: Journalism. Misinformation. Visibility. Newsworthiness.

Mapeo de Estudios sobre Desinformación y Periodismo Publicados en Revistas Indexadas por el Portal de Periódicos de CAPES

El texto mapea, a partir de un levantamiento bibliográfico en una importante base de datos brasileña, artículos que evalúan las intersecciones entre desinformación y periodismo. Se seleccionaron 54 trabajos, publicados en 27 revistas, entre 2005 y 2022. Los resultados señalan el aumento de artículos sobre el tema durante el contexto de ascenso político de la extrema derecha y la pandemia. Sin embargo, hay pocas investigaciones que problematizan el tema desde los modos de operación del periodismo profesional, como la noción de *noticiabilidad*, o que se vinculen a las actuales demandas de visibilidad, un terreno que parece ser un campo de disputas entre un paradigma disciplinario y una lógica de desempeño.

Palabras clave: Periodismo. Desinformación. Visibilidad. *Noticiabilidad*.

Hendryó **ANDRÉ**

Doutor em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista de pós-doutorado (PNPD/Capes) do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Universidade Estadual de Ponta Grossa,
Ponta Grossa, Paraná, Brasil

E-mail: hendryoandre@gmail.com

ORCID



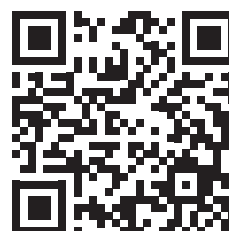
Cintia **XAVIER**

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Coordenadora e professora do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo e professora do Departamento de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Universidade Estadual de Ponta Grossa,
Ponta Grossa, Paraná, Brasil

E-mail: cintia_xavierpg@yahoo.com.br

ORCID



Introdução

Novas demandas por visibilidade, materializadas pela ascensão de uma sociedade em rede (CASTELLS, 2016) – esta articulada pela possibilidade de expansão tecnológica e política da participação (SHIRKY, 2011) ou, ainda, por uma cultura da convergência que “altera a lógica pela qual a indústria midiática opera e pela qual os consumidores processam a notícia e o entretenimento” (JENKINS, 2009, p. 43) –, permitiram que figuras públicas e anônimas que desinformam, de forma deliberada ou não, ganhassem protagonismo. Desde então, alternativas, na maior parte das vezes paliativas, para enfrentar esses atores e grupos têm sido a tônica da prática às teorias do jornalismo.

Se o problema for sintetizado, contudo, as ações de interagentes (pessoas, perfis, bots etc.) que produzem e fazem circular em âmbito digital o que se convencionou chamar de *fake news* – elementos relevantes da conjuntura informacional, que é permeada por dimensões culturais, políticas e econômicas – acabariam subestimadas ou ignoradas. Embora controversa, a própria definição de *pós-verdade*, que visa explicar por que fatos objetivos têm perdido sentido frente “às emoções e às crenças pessoais” (ZARZALEJOS, 2017, p. 11), aparenta carregar desdobramentos da ascensão de um novo regime de visibilidade. Em andamento, tal regime seria responsável por minar fundamentos ontológicos da política, da ciência e da educação, da história e, o que mais nos interessa aqui, do jornalismo.

Trata-se, assim, conforme a linha argumentativa defendida pelo filósofo Byung-Chul Han e adotada como ponto de partida neste texto, de uma dinâmica que tem posto em xeque postulados do modelo disciplinar, aquele estruturado pela ideia da *negatividade*, ou seja, da proibição e do controle, da vigilância constante sobre sujeitos que se transformam em *corpos dóceis* (FOUCAULT, 2014). Com a finalidade de adestrar, integrar indivíduos e, com isso, fortalecer as instituições, esse poder foi responsável pela consolidação do capitalismo industrial e das democracias liberais.

Para Han (2020; 2021), parte significativa do modelo disciplinar tem sido dirimida neste início de século devido às novas dinâmicas viabilizadas a partir da incorporação e dos usos das mídias digitais no cotidiano. Em oposição ao poder disciplinar, a sociedade do desempenho, que marca o capitalismo da informação, é constituída por um imperativo de positividade, isto é, pela prevalência de uma sensação *ilimitada* de liberdade. “O sujeito submisso do regime de informação não é nem dócil, nem obediente. Ao contrário, *supõe-se livre, autêntico e criativo. Produz-se e se performa*” (HAN, 2022b, p. 9, grifos do autor).

Agudizado pela midiatização – que é, *grosso modo*, uma ação não linear de circulação discursiva permeada pela tecnologia (FAUSTO NETO, 2022) que, com a inclusão do digital no dia a dia, tem dissuadido determinadas contradições entre liberdade e vigilância (HAN, 2022b) –, o paradigma do desempenho possibilita a criação de impulsos de positividade que, aparentemente, autorizam a expressão de vários tipos de violência, sobretudo, no ambiente digital, ocasionando o que Claire Wardle e Hossein Derakhshan (2017) chamam de *desordem informativa*.

Com o propósito de problematizar potenciais alterações no regime de visibilidade que incidem sobre tal contexto, busca-se neste artigo descobrir e mapear as principais perspectivas adotadas em trabalhos acadêmicos que se debruçam sobre as intersecções entre desinformação e jornalismo. Para isso, são expostos resultados de um levantamento bibliográfico realizado no *Portal de Periódicos da CAPES*, em janeiro de 2023, com as palavras (e derivações oriundas delas) “desinformação” (título e/ou assunto) e “jornalismo” (em qualquer campo de busca). Foram reunidos 54 estudos publicados em 27 periódicos que representam as mais relevantes abordagens acadêmicas sobre as interfaces entre jornalismo e desinformação em circulação no país. O mapeamento considerou a origem geográfica, o *território metodológico* – categorização adaptada de Lucia Santaella (2001) e que permite avaliar as angulações empregadas e, por consequência, aquelas que podem ser exploradas futuramente por estudiosos do campo – e a abordagem – classificação

adotada pelos autores do texto na busca por mirar as relações entre jornalismo e desinformação a partir do papel do primeiro e de iniciativas de enfrentamento ao segundo, além do entendimento da ressonância de vozes de atores e/ou grupos que desinformam de maneira deliberada ou orgânica.

Os resultados, descritos após uma discussão que associa a desinformação à migração de um paradigma de gênese disciplinar para outro com predicados de desempenho e da descrição dos procedimentos metodológicos, revelam que as investigações estão concentradas, direta ou indiretamente, no enfrentamento ao que se convencionou chamar de *fake news*, tipo de reação que se aproxima mais à lógica disciplinar – sendo esta, aparentemente, imbuída de certo anacronismo. Em contrapartida, há pouco espaço para a compreensão do papel do jornalismo profissional na proliferação da desinformação, em especial nas interfaces com a vida cotidiana do público. Ao contrário dos sujeitos obedientes da sociedade industrial, os *sujeitos do desempenho* consomem informação de forma distinta. Esse aspecto sugere, no mínimo, a necessidade de explorar discussões acerca da própria noção de *noticiabilidade*.

Da sociedade disciplinar à do desempenho

Em que pesem os mais variados paradoxos e descontinuidades (CANCLINI, 2019), sobretudo no chamado Sul Global, o estilo de vida denominado modernidade foi estruturado pela emergência de instituições (GIDDENS, 1991) que se consolidaram a ponto de permitirem a viabilização de uma biopolítica (FOUCAULT, 2015). Esse estatuto – que, idealmente, cessa a autoridade do Estado sobre o direito de morte dos indivíduos (FOUCAULT, 2014) – criou condições para o êxito das democracias liberais modernas e do capitalismo industrial. Ao organizar a convivência nas sociedades, um agregado de forças “contraditórias estabelecidas em conflitos e negociações entre atores sociais diferentes e muitas vezes opostos” (CASTELLS, 2016, p. 60), a biopolítica vinculou ao poder o saber, sendo este construído pela autoridade de uma ciência de gênese positivista.

A modernidade marca a fundação, via institucionalização, dos Estados europeus (THOMPSON, 2013). Constituídos sob a rubrica de Estado-nação – tipo de estrutura política que buscava garantir soberania e unidade internas via burocracia administrativa –, esses territórios são resultado de um conjunto institucional que ganharia relevância em detrimento da fragmentação do poderio religioso. Essa finalidade, que com as revoluções burguesas do final do século XVIII derrubou vários regimes absolutistas e possibilitou um ambiente para implantação do que se convencionou chamar de liberalismo político, ancorou-se na urgência da disciplina estabelecida, entre outros fatores, pela criação de símbolos que remetiam ao fortalecimento de identidades nacionais. Para que fosse possível vincular, sob o ponto de vista identitário, sujeito e território, houve demandas de ampliação ao acesso a sistemas de conhecimento via alfabetização. A exigência de constituição de Estados-nação soberanos foi um elemento propulsor para o desenvolvimento da imprensa naqueles países (THOMPSON, 2013), e mostra o quanto a gênese do jornalismo em países ocidentais e, por consequência e com algumas ressalvas, naqueles que importaram e adaptaram tais modelos está vinculada a um regime de visibilidade pautado pela disciplina.

Para compreendê-lo e, por conseguinte, embasar aspectos do contexto desinformativo contemporâneo, objetivo deste tópico, é preciso fazer uma regressão para identificar predicados das sociedades disciplinares que, de acordo com a linha argumentativa aqui sustentada, têm sido ressignificados a partir da ascensão de uma lógica do desempenho. Forjadas e institucionalizadas ainda no século XIX, as bases desse sistema podem ser observadas por uma analogia a três traços vigentes no capitalismo industrial, ilustrados na gestão fabril: *vigilância hierárquica constante*, com vistas a garantir a ordem de ambientes que eram serializados (divisão do trabalho); *sanção normalizadora*, um mecanismo de punição para reduzir exemplar e eficientemente pequenos desvios; e a prática do *exame*, que, mediante avaliações regulares, vem a reunir “a demonstração da força e estabelecimento da verdade” (FOUCAULT, 2014, p. 181).

Esse arranjo oportunizou que a imprensa, já centrada em processos que compreendiam a *notícia* como um tipo de mercadoria manufaturada, se estabelecesse como uma eminente instituição, primeiro nos países que hoje representam o Norte Global, depois nas demais regiões. Para além da produção industrial, contudo, a institucionalização da profissão foi mais orgânica, já que seu produto, a notícia, passaria a circular massivamente e, devido a essa capilaridade, a ser um importante artífice na mediatização da cultura (THOMPSON, 2013), isto é, na circulação de bens simbólicos. Com a apologia ao livre trânsito de informações e ao fato de a *noticiabilidade* se inculcir pelo princípio de desvio da norma (*sanção normalizadora*), o jornalismo tornou-se, a partir de um imperativo de verdade funcional (*exame*), um eminente campo de visibilidade, mas também de *vigilância constante*.

É necessário enfatizar que, se as narrativas jornalísticas passaram a ganhar relevância e credibilidade naquele contexto, isso ocorreu com a consolidação de uma concepção particular de *noticiabilidade*. Embora não deva ser qualificado como um conceito fechado, e sim como uma forma específica de visibilidade que carrega consigo historicidade, o conceito está ancorado pelo menos desde o século XIX em valores *desviantes* (SILVA, 2014b).

O popular axioma que estabelece que uma mordida deve se transformar em notícia apenas quando um humano usa os dentes para atacar um cão é uma premissa da adoção de valores desviantes pela atividade. Em outras palavras, em uma lógica disciplinar, quanto mais singularidade detém um acontecimento (GENRO FILHO, 1987), mais chances ele tem de virar notícia, algo que demonstra o quanto “a narração de uma história atrela-se necessariamente à violação de uma norma” (SILVA, 2014b, p. 37).

Segundo Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2003) em um estudo sobre os elementos do jornalismo realizado na virada para o século XXI, o ofício tem se constituído historicamente pelo compromisso com a verdade funcional, oscilando entre períodos de êxito e fracasso. O preceito de crise ética no jornalismo corporativo, um declínio perene de confiança (TOFF *et al.*, 2020), portanto, pode parecer conservador caso escamoteie o fato de que já havia tensões antes do advento da internet. O ponto de vista adotado nesta discussão tem outra nuance: baseia-se na interpretação de que a *noticiabilidade* detém uma certa historicidade que reformula de tempos em tempos alguns dos fundamentos éticos e deontológicos da profissão a partir de mudanças, em maior ou menor grau, nos regimes de visibilidade.

Um desses princípios é justamente a concepção de *verdade*. Ainda que não seja o objetivo confrontá-la pelo viés filosófico, uma visão do conceito adotada pelo existencialismo sinaliza para uma contradição presente na atual conjuntura. A *verdade* tem o desejo e a incumbência de tornar-se pública, enquanto seu adversário direto, o *poder*, tende a resguardar segredos ou, em palavras mais diretas, a concentrar o fluxo informativo. Confundida com a própria dignidade humana e só “atingida em conjunto” (JASPERS, 2011, p. 109), ela se constitui via campo de batalha de ideias e só se justapõe ao poder por intermédio do exercício da violência – “Violência [esta] por superioridade intelectual, por contestação orgulhosa, por ameaças, por enganos” (JASPERS, 2011, p. 108). De acordo com essa abordagem, apenas a verdade possibilitaria o exercício da liberdade, predicado que tem sido complexificado a partir da ampliação de vozes materializadas tecnicamente pela internet, um ponto de transformação no regime de visibilidade que reverbera diretamente no crescimento de questionamentos e ataques a instituições cuja razão de existência era consensual nas sociedades disciplinares, como o jornalismo, a ciência e a história.

Em jornalismo, claro, a noção é bastante distinta das abordagens filosóficas. Ela é *funcional*, ou seja, trata de algo *possível*, condição que referendaria a necessidade de transparência no exercício da profissão (CHRISTOFOLETTI, 2019). Idealmente, o jornalismo tem tido organicidade nas democracias devido ao pacto institucional de confiança que assume com o público, atributo que tem se perdido reiteradamente desde a década de 1960 – quando começaram a ganhar corpo movimentos em direção à relativização da verdade (KAKUTANI, 2018) instigados por reivindicações de grupos progressistas marginalizados que exigiam espaço para suas pautas e que viam a imprensa corporativa como uma barreira. Enquanto perspectiva, a

visibilidade exige a compreensão e o diálogo com uma noção não essencialista de identidade – aquela que, primeiro, foca “as diferenças, assim como as características comuns ou partilhadas” (WOODWARD, 2014, p. 12) entre os grupos que buscam hegemonia e, depois, presta atenção em como essas demandas se alteram com o tempo.

Esse entendimento ganha amplitude com a popularização da internet. Contudo, mais que mera consequência da migração de consumo de meios analógicos para digitais, a passagem de século marca o surgimento de sociedades caracterizadas pelo desaparecimento, sempre se considerando a existência de variadas contradições e descontinuidades, “da *alteridade* e da *estranheza*” (HAN, 2021, p. 10, grifos do autor). Significa que a matriz disciplinar, consolidada por uma *dialética da negatividade* – aquela que, focada em uma abstração bastante problemática de coletividade, proíbe; que é dominada pelo não –, tem disputado e perdido certo espaço para um modelo de sociedade do desempenho orientado por uma *dialética da positividade* – aquela que, concentrada no indivíduo, estrutura-se pelo *sim*.

Antagônicos no campo dos sentidos, os dois arranjos são respaldados por sujeições ao modo de produção capitalista. Ambos propiciam, ainda, o surgimento das mais diversas formas de violência, que produzem hostilidades que transitam da divisão política e que inviabilizam a abertura ao consenso. Por isso, a compreensão sobre desinformação, uma manifestação que demonstra um dos primeiros desafios resultantes do controverso paradigma da *pós-verdade* (TRÄSEL; LISBOA; VINCIPROVA, 2019; ZARZALEJOS, 2017), perpassa a discussão.

A primeira percepção é a de que há uma migração cada vez maior de uma sociedade que transita da alteridade, que é quando se reconhece a existência do *outro* – algo que um ecossistema informativo centralizado no jornalismo industrial, com todas as suas limitações, especialmente aquelas referentes à carência de visibilidade de grupos e/ou atores marginalizados, se propunha a fazer –, para outra pautada pela divisão. A alteridade, avalia Han (2022b, p. 51), é um princípio democrático, pois, para que esse regime político possa existir, é fundamental a existência da imaginação: “Sem a presença do outro, minha opinião não é discursiva, muito menos representativa, mas autista, doutrinária e dogmática”. O autor continua ao afirmar que a crise da ação comunicativa atual se deve ao apagamento do *outro*, o que significa “o fim do discurso” (HAN, 2022b, p. 52).

Para o pensador, a lei do computador e de outros dispositivos digitais, que produzem grandes quantidades de cálculos em tempos reduzidos sem qualquer repulsa ou alteridade, é a da positividade. Vive-se, portanto, um tempo de pobreza e de desvinculação, ainda que até certo ponto imperceptível, da *negatividade*. Nessa linha, a tecnologia materializou a possibilidade de descentralização dos meios massivos, uma demanda bastante requerida ao longo do século XX.¹ Essa conjuntura proporcionou que a lógica de consumo midiático fosse reconfigurada: de públicos com comportamentos mais previsíveis – e até certo ponto pautados por um preceito de obediência tributária a um regime disciplinar – para aqueles com atitudes e identidades mais fluidas, marcadas pela exaltação ao desempenho e pela emergência de exposição (HAN, 2022b). Essa transição, ainda que descontínua, tem demonstrado “uma declinante lealdade a redes ou a meios de comunicação” (JENKINS, 2009, p. 47, grifos nossos), isto é, tem eclodido em perda de autoridade institucional.

A base algorítmica corrobora o valor da positividade e amplia a “explosão discursiva em torno do conceito de ‘identidade’” (HALL, 2014, p. 103), que, ao mesmo tempo em que exige visibilidade a coletividades historicamente marginalizadas, tem virado, como tudo no capitalismo, uma espécie de mercadoria. A

01 Aqui cabe lembrar sobre as críticas dirigidas entre os setores letrados à origem centralizadora e pouco pluralista dos meios massivos, em especial, a televisão. No Brasil, questões como o apoio à ditadura, a apologia acrítica ao liberalismo econômico, a superficialidade das coberturas e a baixa pluralidade de vozes, especialmente de atores e grupos historicamente reprimidos, entre outros fatores, nortearam as discussões sobre a necessidade de democratizar a mídia (RIBEIRO, 2004). Nesse sentido, a possibilidade tecnológica de ampliar as vozes foi uma resposta a uma demanda social bastante antiga.

própria apologia ao sujeito do desempenho, que continua a ser disciplinado por outros matizes (HAN, 2021), tem relações com a noção de identidade. O dilema central parece estar no fato de que os dois parâmetros – sociedade disciplinar e sociedade do desempenho – disputam a *economia da atenção*. De que modo pensar um jornalismo relevante voltado a pessoas que se aproximam cada vez mais dessa nova perspectiva? Como reforçar a confiança, um postulado moderno (GIDDENS, 1991) e a credibilidade do jornalismo em um contexto histórico de tamanha imprevisibilidade?

A *noticiabilidade* – avaliada como todo elemento que é capaz de agir no fluxo produtivo de uma notícia, o que contempla “fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais” (SILVA, 2014a, p. 52) – foi inculcada nessas sociedades, conforme já discorrido, a partir da ideia de *desvio da norma* (SILVA, 2014b). Ela foi responsável pela constituição do jornalismo enquanto uma proeminente instituição, ao passo que o tornou também tributário do regime disciplinar. Por outro lado, como informar esse sujeito do desempenho que se performa da vida pública à privada, do âmbito profissional ao familiar? E que, claro, vive numa lógica na qual precisa se posicionar sobre os mais variados temas nas redes sociais? Para Han (2021, p. 33), a cultura se consolida pela criação de condições de atenção profunda, mas esta tem sido “cada vez mais deslocada por uma forma de atenção bem distinta, a hiperatenção”.

Essa nova maneira de se comunicar tem transformado a própria organização do ato de pensar. A transição de seres gráficos para digitais tem exigido uma velocidade diferente do pensamento: “A rapidez do toque, a sensibilidade das teclas e a velocidade do processador que coloca nossos pensamentos diretamente diante dos olhos eliminam a necessidade de um planejamento anterior, quase frase a frase, do que seria escrito” (MARTINO, 2015, p. 41). Se esse aspecto vale para os bens culturais produzidos, serve também para o consumo informativo. Nesse sentido, Han (2022b, p. 36) explica que as informações são responsáveis pela atomização do tempo, ou seja, “o tempo decai em mera sucessão de presentes pontuais. É nisso que as informações se distinguem das narrativas, que geram uma continuidade temporal”. A tela em branco aumenta, ao menos potencialmente, a produtividade, e “o excesso de positividade se manifesta também como excesso de estímulos, informações e impulsos” (HAN, 2021, p. 31).

Ainda de acordo com o autor, por performar a todo tempo, o sujeito do desempenho é, por definição, um narcisista que “não está afeito a experiências, ele quer vivenciar – em tudo com que se encontra ele quer vivenciar a si mesmo” (HAN, 2022a, p. 37). Nesse sentido, apenas na experiência é possível encontrar o outro. Bom narcisista, o sujeito do desempenho busca apenas por autenticidade, uma “forma de produção neoliberal de si” (HAN, 2022a, p. 37). Outro ponto elencado refere-se às tribos digitais, constituídas à direita e à esquerda do espectro político. Para o autor, as informações são consumidas não mais ou apenas enquanto fontes de saber, e sim como uma manifestação identitária. Nesse sentido, fatos e dados contraditórios às convicções “são simplesmente ignorados, pois não se adequam à narrativa que gera a identidade, pois renunciar às convicções seria perder a identidade, o que é preciso evitar a qualquer custo” (HAN, 2022b, p. 59).

Detentor de uma sensação narcísica de liberdade e, paradoxalmente, autoexplorado, o sujeito do desempenho, imerso a ambientes cada vez mais individualistas e hedonistas, está demasiadamente afetado pelo cansaço, abalado pela frustração de quase sempre não conseguir se revelar exitoso numa sociedade na qual, em tese, tudo é possível. Apostar em estratégias vinculadas ao paradigma disciplinar, como as iniciativas de *fact-checking*, de gênese positivista, não parece ser o caminho mais profícuo para que o jornalismo garanta para si legitimidade. É nessas tensões que esta análise, apresentada após os procedimentos metodológicos da pesquisa, pretende se debruçar.

Procedimentos metodológicos

O levantamento bibliográfico, realizado em 10 de janeiro de 2023, consistiu na busca no *Portal de Periódicos da CAPES* por artigos que contivessem, *simultaneamente*, as palavras-chave em língua portuguesa, definidas por convenção pelos autores: *desinformação* e suas derivações – como *desinformar* (nos campos título e/ou assunto) – e *jornalismo* e suas derivações – como *jornal* ou *jornalista* (em qualquer campo de busca). Foram reunidos 54 trabalhos² publicados entre 2005 e 2022, com acesso aberto e revisados por pares, oriundos de 27 periódicos especializados.³

Foi empreendida, até meados de fevereiro, uma leitura integral dos materiais de caráter *exploratório e seletivo*, isto é, com a reunião de insights mais próximos ao objeto de estudo: a compreensão da desinformação a partir de um contexto de transição de uma sociedade disciplinar para outra pautada por uma lógica do desempenho. Essa ação foi procedida por uma apreciação analítica – que visa sistematizar a bibliografia – e uma avaliação *interpretativa* – cujo objetivo é “estabelecer relação entre o conteúdo das fontes pesquisadas e outros conhecimentos” (GIL, 1999, p. 86), em especial a concepção adotada pelo filósofo Byung-Chul Han de um novo regime de visibilidade que viria a substituir o paradigma disciplinar. O mapeamento considerou, inicialmente, a origem geográfica e se o espaço local/regional foi um fator preponderante para a definição do objeto de estudo ou, no mínimo, do objeto empírico. A partir desse olhar introdutório, os textos foram trabalhados em duas perspectivas: a de *território metodológico* e a de *abordagem*.

Território metodológico

Com base na classificação elaborada por Santaella (2001) e adaptada aqui para dialogar mais estreitamente com o objeto de estudo, o *corpus* foi organizado em cinco subcategorias: a) *Mensagens e códigos*, que reúne análises voltadas à compreensão de linguagens e discursos, bem como interpretações sobre efeitos de sentidos; b) *Meios e modos de produção*, subsidiária ao campo das mensagens, mas que agrega pesquisas que focam na circunstância como os códigos são produzidos, de acordo com os “traços definidores de cada meio” (SANTAELLA, 2001, p. 87); c) *Contexto comunicacional das mensagens*, que reúne investigações mais vinculadas às “formas de cultura a que os processos comunicativos dão origem e nas quais germinam” (SANTAELLA, 2001, p. 88); d) *Emissor ou fontes de comunicação*, que junta escritos cujo foco está nas escolhas éticas ou antiéticas do enunciador; e e) *Destino, recepção e circulação das mensagens*, que congrega materiais que procuram identificar mediações existentes na circulação, além de características e ações do público.

Abordagem

Por conveniência, para operacionalizar a bibliografia e confrontá-la mediante as intersecções entre desinformação e jornalismo, aqui os textos foram dispostos em três subcategorias: a) *Interfaces entre jornalismo e enfrentamento, manutenção, e/ou apologia à desinformação*, que agrega pesquisas com foco na atuação prática, ético-normativa e/ou ontológica da imprensa profissional, hegemônica ou contra-hegemô-

02 A lista completa dos estudos está disponível na parte final das referências.

03 *Brazilian Journalism Research* (2), *Cadernos Cajuína* (1), *Chasqui* (1), *Comunicação & Educação* (1), *Comunicação & informação* (1), *Comunicação e Sociedade* (1), *Comunicologia* (1), *Eccom* (1), *Estudos em Jornalismo e Mídia* (3), *Fronteiras – Estudos Midiáticos* (6), *Interin* (2), *Intexto* (1), *La Revista Icono 14* (3), *Liinc em Revista* (4), *Matraga* (1), *Media & Jornalismo* (2), *Mediapolis: Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público* (4), *Mídia e Consumo* (1), *Mídia e Cotidiano* (4), *RECIIS: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde* (3), *Revista Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo* (1), *Revista Brasileira de História da Mídia* (1), *Revista Famecos* (1), *Revista Observatório* (2), *Rizoma* (2), *RuMoRes* (3) e *Temas Sócio-Jurídicos* (1).

nica, que descrevem e/ou avaliam ações ou omissões (potenciais ou concretas) para o enfrentamento ao fenômeno da desinformação; b) *Desenvolvimento de competência midiática*, que reúne investigações com foco na competência midiática, que descrevem e/ou avaliam ações para o enfrentamento ao fenômeno da desinformação fora do âmbito da imprensa profissional; e c) *Vozes desinformantes no espaço público*, que agrupa estudos com foco na atuação de interagentes, proeminentes ou ordinários, de forma deliberada ou não, que trabalham na ampliação fenômeno da desinformação.

Mapeamento dos estudos sobre desinformação e jornalismo no Brasil

Antes de 2019, o tema *desinformação* era praticamente inexistente na literatura acadêmica disponibilizada pelo *Portal de Periódicos da CAPES*⁴ e quando aparecia estava voltado a um imperativo histórico de enfrentamento à origem centralizadora e pouco pluralista dos meios massivos. Assim, excetuadas a distante investigação de Eduardo Meditsch (2005) – que relacionou como o jornalismo no rádio e na televisão desinformou ao minimizar durante a campanha eleitoral de 2002 o plano de governo da chapa que sairia vencedora – e a interpretação de gênese determinista de Diego Augusto Bayer (2016) – em que o autor, vinculado à área do Direito Penal, voltou atenções para como, em especial, a televisão manipula e desinforma ao espetacularizar crimes, o que a aproxima, segundo ele, de uma esfera que agride direitos constitucionais –, o primeiro artigo indexado que tratou da temática em meios digitais é o de Caroline Delmazo e Jonas Valente (2018). Nele, os autores destacam o potencial de circulação das notícias falsas e tentam mapear, a partir de quatro grandes grupos (plataformas digitais; centros de pesquisa, sociedade civil e meios de comunicação; governos e agentes estatais; e organismo internacionais), algumas reações ao “problema das notícias falsas” (DELMAZO; VALENTE, 2018, p. 161), que se origina com reconfigurações do regime de visibilidade. É válido observar que o estudo de Delmazo e Valente (2018), como a maior parte dos que serão citados ao longo desta análise, inaugura as reações institucionais ao fenômeno da desinformação, ação meritória, embora eminentemente vinculada a um paradigma disciplinar.

Dito isso, para além de um certo modismo acadêmico, a multiplicação de *papers* publicados desde 2019⁵ (Figura 1) ancora-se na emergência da compreensão do que Wardle e Derakhshan (2017) chamam de *desordem informativa*, especialmente com trabalhos que buscam compreender as características e implicações do fenômeno no ambiente digital. Entre os 54 artigos selecionados, 16 olham, especialmente pelo recorte empírico, para causas e desdobramentos da desinformação em sites jornalísticos, enquanto 29 direcionam sua atenção para o ecossistema informativo como um todo, em especial nas plataformas digitais e em suas interfaces com meios digitais e, em menor incidência, analógicos.

04 Embora seja tratada doravante como “produção” ou “literatura acadêmica” sobre desinformação, subentende-se que o recorte é especificamente desta base de dados.

05 Um levantamento feito na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, também em janeiro de 2023, referenda o surgimento recente dos estudos sobre desinformação e jornalismo. Ao usar o mesmo filtro de busca, apareciam 7 dissertações e 1 tese, todas defendidas a contar de 2019. A nível internacional, Franciscato (2023), por intermédio de um levantamento de 326 artigos no Google Acadêmico, observa que o tema está entre as 4 categorias (de 42 definidas pelo autor) que tiveram um crescimento mais expressivo de trabalhos publicados. Essa ampliação de interesse ocorreu, em especial, entre 2017 e 2021.

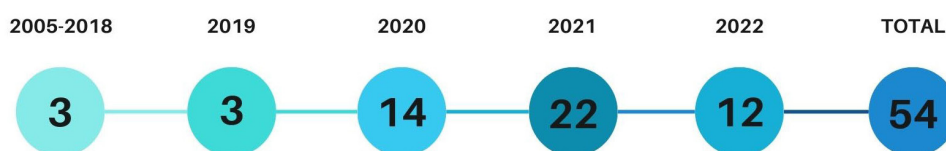


Figura 1: Número de estudos sobre desinformação e jornalismo publicados em revistas científicas indexadas pelo Portal de Periódicos da CAPES (2005-2022)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Entendida aqui como uma reação aos impasses provocados pelo novo regime de visibilidade viabilizado tecnicamente pelos dispositivos digitais, a desinformação não deve se restringir a um desvirtuamento de conteúdos falsos que circulam nas redes, e sim a um “esgarçamento estrutural da cultura política” (BUCCI, 2023, p. 32). Caracterizado, embora não circunscrito, por uma *desordem informativa* (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017), esse regime parece ter ganhado interesse teórico no Brasil em decorrência da aclamação de um governo de extrema direita, em 2018, e principalmente do início da pandemia da COVID-19 em março de 2020. Ambos os eventos foram pautados pela proeminência de atores e grupos que se apropriaram da lógica do desempenho e que, em muitos casos, desinformaram de forma deliberada.

Feita a observação, no último caso, um terço do *corpus* agrega artigos que relacionam, direta ou indiretamente, produção, circulação ou, ainda, estratégias de enfrentamento à desinformação durante a crise do novo coronavírus (SARS-CoV-2). Ainda que não haja análises sobre o pleito de 2018 em si, são observáveis desdobramentos do contexto eleitoral em estudos que se voltam a questões associadas à violência e a discursos de ódio (FERNANDES; PRESSER, 2021; GOULD; BLOTTA, 2022; GOULD; ROCHA, 2021) e a assuntos alusivos à relativização da verdade e a consequente necessidade de repensar aspectos da autoridade profissional e/ou à liberdade de informação e imprensa em um período de ataques a princípios democráticos (AGUIAR; RODRIGUES, 2021; ALENCAR; DOURADO, 2020; BONSANTO, 2021; FERNANDES *et al.*, 2022; GADINI; WOITOWICZ, 2022; PAGANOTTI; MARQUES, 2022; SEIBT, 2020; TAVARES; MENDONÇA, 2022).

Fruto de um imperativo que altera a lógica dos fluxos comunicacionais e dos atores envolvidos, as atenções com a desinformação nessas análises se dão mediante uma descaracterização do ecossistema informativo ocasionada pela constituição de uma sociedade em rede – cujos desafios, paradoxalmente, criam barreiras para a construção de significados compartilhados (CASTELLS, 2016), o que sugere o esfacelamento da noção de *alteridade* que, conforme já discutido, integra a gênese do modelo disciplinar.

Nessa linha, uma primeira preocupação foi entender a origem geográfica dos materiais (Figura 2) e se o espaço local/regional é um fator preponderante para a definição do objeto de estudo ou, no mínimo, do objeto empírico. Essa preocupação ocorreu porque toda a concepção de modernidade que propiciou ao jornalismo constituir-se como uma eminente instituição – inclusive em regiões onde se buscou compensar tais descontinuidades a partir de políticas de modernização, como no Brasil – foi organizada a partir da vinculação identitária entre sujeito e território, algo que aparenta se esfacelar com a globalização, que, paradoxalmente, forjou-se por uma conjuntura presidida por técnicas de informação de alcance planetário (SANTOS, 2011).

Assim, desconsideradas as investigações desenvolvidas por acadêmicos estrangeiros e/ou brasileiros vinculados a centros internacionais,⁶ metade de toda a produção acadêmica delimitada no *corpus* foi desenvolvida em universidades localizadas no Sudeste do país: 27 trabalhos. O Sul reuniu 11 escritos; o Nordeste, 10; o Centro-Oeste, 4; e o Norte, 2.

⁰⁶ O número de instituições passa o total de obras devido ao fato de haver produções conjuntas, isto é, desenvolvidas por pesquisadores oriundos de duas ou mais universidades. Há artigos originários de universidades de Portugal (DELMAZO; VALENTE, 2018; FERREIRA, 2020; MORAIS; CARDOSO, 2020; MOSCOSO, 2020), Espanha (CALVO; ORÓN; ABENGOZAR, 2020; ORTEGA; AVILÉS, 2021; HERRERO-DIZ; PÉREZ-ESCOLAR; SÁNCHEZ, 2020), França (AMORIM; MASSARANI; BACCINO, 2021), Colômbia (RODRIGUEZ-PÉREZ; SEIBT, 2022), Peru (AGUIAR; RODRIGUES, 2021), Argentina (BAYER, 2016) e Moçambique (TSANDZANA, 2020).

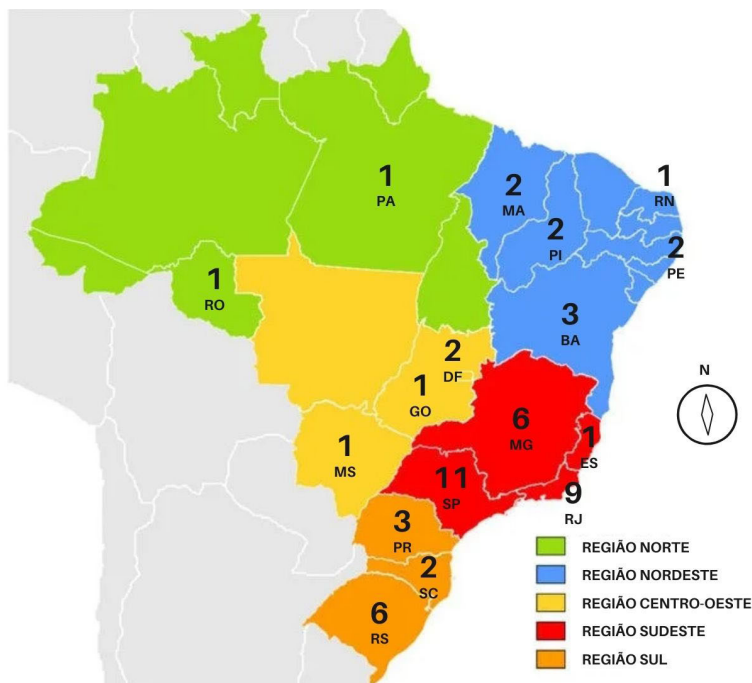


Figura 2: Origem dos estudos sobre desinformação e jornalismo publicados em revistas científicas indexadas pelo Portal de Periódicos da CAPES (2005-2022)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Via de regra, a origem geográfica não significa a existência de olhares direcionados a instâncias locais, o que reforça a ideia de que os artigos publicados até o momento buscam explorar abordagens mais globais. Isso pode ser observado pela prioridade na escolha de temas ligados a pautas de repercussão nacional e, como já citado, também pela própria prevalência em se estudar o tema partindo de sites, redes sociais e/ou plataformas digitais – agentes que, ainda que com algumas excepcionalidades, focam em perspectivas que podem ser trabalhadas de modo mais universalizante.

As exceções mais interessantes são os estudos de Elaine Javorski e Janine Bargas (2020, p. 2), que, ao centrar atenções nos desertos de notícias, procurou “analisar como a escassez de informação jornalística impacta o conhecimento da realidade local” do interior do estado do Pará durante a pandemia, e o de José Carlos Fernandes *et al.* (2022), cujo foco se voltou à avaliação de reportagens sobre combate à desinformação publicadas por um site progressista de abrangência local sediado no Paranã.

Outro material que merece destaque por este enfoque é o de Cláudia de Albuquerque Thomé, Luciana Moraes e Ana Carolina Campos Oliveira (2021). Nele, as autoras avaliam as coberturas regionais do MG1 e MG2 – *Zona da Mata* (TV Integração) sobre a contaminação pelo coronavírus de 40% dos alunos da Escola Preparatória de Cadetes do Ar (Epcar), caso que, inclusive, frisam as autoras, teve repercussão nacional. Por fim, Jorge Araújo Martins Filho e Li-Chang Shuen (2021) avaliam a construção e a testagem de uma plataforma de checagem (a Sem Miguê) implementada em São Luís (MA) para a cobertura das eleições municipais de 2020. O fato de se tratar de um estudo aplicado também é uma questão bastante particular do último artigo mencionado. Quase 70% do *corpus* desta revisão é formado por artigos oriundos de pesquisa empírica, o que demonstra uma preocupação dos cientistas que se detiveram em enfrentar o fenômeno da desinformação por intermédio de vestígios pinçados da realidade.

Conforme dito, para ordenar as produções sob uma angulação metodológica, optou-se por adaptar a classificação sugerida por Santaella (2001) para identificar *territórios metodológicos* (Quadro 1). Entende-se que esse tipo de decisão auxilia na compreensão das formas como o objeto de estudo tem sido tratado na bibliografia, à medida que a angulação metodológica incide sobre limitações e potencialidades dessas produções acadêmicas.

CLASSIFICAÇÃO	DEFINIÇÃO E METODOLOGIAS	ARTIGOS INDEXADOS
Mensagens e códigos	Compreende linguagens e discursos, além de interpretações sobre efeitos de sentidos. <i>Metodologias:</i> análise de conteúdo, análise do discurso, análise da materialidade visual e análise de enquadramento.	Alencar e Dourado (2020); Fernandes <i>et al.</i> (2022); Fernandes e Presser (2021); Ferreira e Varão (2021); Gehrke e Benetti (2021); Gould e Rocha (2021); Granez e Carvalho (2021); Herrero-Diz, Pérez-Escolar e Sánchez (2020); Lelo (2022); Lemos e Oliveira (2021); Lisboa e Pereira (2022); Luiz (2020); Massarani <i>et al.</i> (2021); Meditsch (2005); López-García; Vizoso e Pérez-Seijo (2019); Ortega e Avilés (2021); Penteadado <i>et al.</i> (2022); Resende e Souza (2021); Seibt e Dannenberg (2021); Silva e Maradei (2021); Thomé, Morais e Oliveira (2021)
Meios e modos de produção	Foca no modo como os códigos são produzidos, conforme traços de cada meio. <i>Metodologias:</i> entrevista, questionário, pesquisa-ação e etnografia.	Aguiar e Rodrigues (2021); Barsotti, Emanuel e Bertol (2022); D'Andréa e Henn (2021); Martins Filho e Shuen (2021); Moscoso (2020); Rodriguez-Perez e Seibt (2022); Santos e Maurer (2020)
Contexto das mensagens	Vincula-se às formas de cultura a que os processos comunicativos dão origem e nas quais germinam. <i>Metodologias:</i> ensaio e entrevista.	Abib (2022); Bayer (2016); Becker <i>et al.</i> (2020); Bonsanto (2021); Castro (2021); Delmazo e Valente (2018); Gadini e Woitowicz (2022); Gould e Blotta (2022); Paganotti e Marques (2022); Prazeres e Ratier (2020); Rezende, Cruz-Riascos e Ribeiro (2021); Saad (2021); Seibt (2020); Serelle e Soares (2021); Souza (2019); Spinelli e Portas (2022); Spinelli e Santos (2020); Tavares e Mendonça (2022); Tsandzana (2020)
Emissor ou fontes de comunicação	Foca escolhas éticas ou antiéticas do enunciador. <i>Metodologia:</i> survey.	Calvo, Orón e Abengoza (2020); Morais e Cruz (2020)
Destino, recepção e circulação	Identifica mediações e características do público. <i>Metodologias:</i> análise dos fluxos de desinformação, rastreador ocular, semântica global e survey.	Aguiar e Roxo (2019); Amorim, Massarani e Baccino (2021); Ferreira (2020); Javorski e Bargas (2020); Klein e Klein (2021)

Quadro 1: Territórios metodológicos dos estudos sobre desinformação e jornalismo publicados em revistas científicas indexadas pelo Portal de Periódicos da CAPES (2005-2022)

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da coleta de dados e de Santaella (2001).

Ainda que a própria Santaella (2001) admita e valorize a existência de textos que explorem zonas fronteiriças, buscou-se concentrá-los dentro dos territórios a partir da maior ênfase de atenção dada pelos autores. Além disso, na menção às principais *metodologias* utilizadas há omissões no Quadro 1 de pesquisas bibliográficas não sistematizadas, por estarem presentes em todos os artigos devido às revisões de literatura.

Feitas tais ressalvas, quando se observam as angulações metodológicas há bastante concentração em aportes que lidam com a análise de notícias e/ou de conteúdos produzidos em redes sociais. Assim, o território *Mensagens e códigos* representa pouco mais de um terço da amostra. Interpreta-se que tais materiais são, até certo ponto, um tipo de objeto conveniente para se trabalhar por, no mínimo, três razões. Primeiro, porque periódicos científicos tendem a valorizar investigações de campo em detrimento das teóricas; segundo, porque parece um caminho mais lógico para começar a explorar um assunto relativamente novo no espaço acadêmico; terceiro e, mais importante, porque o período foi marcado por percalços ocasionados pela pandemia – em especial, pela exigência de medidas de distanciamento.

O argumento é reforçado quando se olha o território *Contexto comunicacional das mensagens*, responsável por outro terço da amostra. Aqui, embora até apareçam estudos que se apropriem de entrevistas, por exemplo, há uma concentração de artigos mais ensaísticos ou teóricos. Dos 13 trabalhos eminentemente teóricos, 10 estão dentro deste território (BAYER, 2016; CASTRO, 2021; DELMAZO; VALENTE, 2018; GADINI; WOITOWICZ, 2022; PRAZERES; RATIER, 2020; REZENDE; CRUZ-RIASCOS; RIBEIRO, 2021; SAAD, 2021; SEIBT, 2020; SERELLE; SOARES, 2021; TAVARES; MENDONÇA, 2022), a maioria publicados ao longo da crise de saúde.

Enquanto no território *Emissor ou fontes de comunicação*, por exemplo, houve aplicação de *survey*, técnica que consegue extrair aspectos dos produtores sem a necessidade de ter proximidade física, os territórios *Meios e modos de produção e Destino, recepção e circulação das mensagens* – que, somados, representam 20% das produções – foram os que mais tiveram pluralidade metodológica. Nesses territórios, haveria oportunidade de problematizar o fenômeno a partir dos métodos de operação vigentes no jornalismo profissional (como a noção de *noticiabilidade*) e/ou que se vinculem às demandas contemporâneas por *visibilidade* – algo que, em tese, potencializaria as possibilidades de tensionamentos entre as lógicas disciplinar e de desempenho.

Por fim, houve uma preocupação em entender a abordagem. Os resultados revelam que as pesquisas estão polarizadas no enfrentamento às *fake news*, com destaque para medidas paliativas e aderentes ao paradigma disciplinar, como desafios e estratégias que a atividade precisa desenvolver para o combate e/ou enfrentamento a boatos que circulam nas redes. Materiais que lidam direta ou indiretamente com essa abordagem são responsáveis por dois terços da amostra. Entende-se que esse escopo seja bastante relevante, contudo, quando se leva em consideração as potenciais implicações oriundas do advento de uma sociedade do desempenho, avalia-se que outras questões também precisam ser objeto de atenção da comunidade acadêmica.

Investigações ligadas à ética, à ontologia e às atribuições dos meios jornalísticos no ambiente de desinformação (para além das estratégias) ocupam menos de 10% do corpus, o que sugere a existência de poucas pesquisas que se debruçam sobre a compreensão do papel do jornalismo profissional na proliferação da desinformação, sobretudo em relação à própria noção de *noticiabilidade*. Se esse conceito detém certa historicidade e está imbuído de valores desviantes, ainda que em conformidade com a verdade funcional na maior parte dos casos, conforme discutido no referencial teórico, o novo contexto traz alguns desafios para se pensar o ofício. Com a multiplicação de atores e grupos que desinformam, deliberada ou organicamente, muitas vezes pelo *absurdo*, parece notória a constatação de que circunscrever a *noticiabilidade* apenas pelo desvio da norma é algo pouco profícuo. Nesse novo ecossistema informativo, no qual se altera vertiginosamente a forma como os bens simbólicos circulam, compreender a lógica do desempenho, sobretudo nas confrontações entre a dialética da *negatividade*, ligada à disciplina, e a da positividade, vinculada ao desempenho, pode ser um caminho para referendar os valores da profissão.

Considerações possíveis

O presente texto procurou mapear as perspectivas mais recorrentes em artigos acadêmicos sobre as intersecções entre desinformação e jornalismo que circulam no Brasil, por meio de um levantamento bibliográfico no *Portal de Periódicos da CAPES*, uma das mais notórias bases de dados científicos abertos do país. Os 54 estudos, publicados entre 2005 e 2022 em 27 periódicos especializados, foram dispostos, inicialmente, pela origem geográfica para verificar se o espaço local/regional foi um fator preponderante para a definição do objeto de estudo. Na sequência, houve a classificação por território metodológico e abordagem. No primeiro caso, destaca-se a predominância de trabalhos empíricos que se debruçam sobre o conteúdo das mensagens produzidas, algo que pode ser justificado pela incipiência do tema, pela resistência que vários periódicos científicos têm de pesquisas ensaísticas e, finalmente, pelas dificuldades que a comunidade científica enfrentou para a realização de investigações de campo ao longo da pandemia. Já no segundo, os resultados sugerem, ainda, que a crise sanitária e a ascensão política da extrema direita no Brasil desempenharam papéis notórios para a multiplicação de produções acadêmicas.

Há ainda, contudo, poucos estudos que problematizem o fenômeno a partir dos métodos de operação vigentes no jornalismo profissional – como a noção de *noticiabilidade*, que historicamente foi construída pelo princípio de *valor desviante*, este intrinsecamente vinculado à disciplina – e/ou que se vinculem às demandas contemporâneas por visibilidade – que aparenta ser um campo de disputas, com todas as suas contradições e descontinuidades (CANCLINI, 2019), entre um paradigma disciplinar pautado pela *negatividade* (FOUCAULT, 2014) e uma lógica de desempenho guiada pela positividade (HAN, 2020; 2021; 2022a; 2022b). Embora seja preciso reforçar que os artigos analisados não estejam preocupados em definir qual é o regime de visibilidade, é preciso observar que foram escritos a partir de postulados ligados à sociedade disciplinar.

O término da pandemia e a derrocada momentânea do projeto da extrema-direita, porém, não servem de parâmetros para a redução da atenção aos estudos sobre desinformação. Afinal, mais que uma *desordem informativa* (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017) – termo que indica a possibilidade de um mero reordenamento informativo –, há transformações no capitalismo que refratam no modo de se pensar a política e, por extensão, a cidadania e a democracia. Essa potencial mudança de modelo exige da comunidade científica, entre tantos esforços, atenção para entender de que maneira temas tidos como de interesse público são midiaticizados. Isso não é, em absoluto, um *reordenamento*, um voltar ao passado mediante um rearranjo de peças no qual o jornalismo exige – muitas vezes, de jeito arbitrário e dentro de uma perspectiva disciplinar – autoridade profissional. Algumas análises que se debruçam sobre iniciativas de *fact-checking* e de alfabetização midiática (*media literacy*), ainda que importantes, por vezes, apostam nessas saídas de forma bastante rígida. Em outras palavras, manter a percepção de que a verdade funcional pautada por valores desviantes será suficiente para resolver os problemas mais estruturais parece ser uma aposta anacrônica.

A linha argumentativa desta pesquisa sustenta-se no princípio de que o contexto contemporâneo de desinformação passa, para além das pertinentes questões tecnológicas de acesso às mídias digitais, pelas tensões da transição de uma sociedade de matriz disciplinar para uma com a lógica do desempenho. Não é possível afirmar, claro, que o regime de visibilidade abordado por Han (2020; 2021; 2022a; 2022b) virá a substituir o paradigma que estruturou boa parte dos modelos de sociedade nos países do Norte e do Sul Global – é compreensível, aliás, que essas duas perspectivas de mundo se confrontem mutuamente.

Nisso consiste a importância de vislumbrar a produção de trabalhos ligados aos territórios *Meios e modos de produção* e *Destino, recepção e circulação das mensagens*. Entender como os públicos se portam nas redes sociais e no cotidiano, com suas múltiplas e fluidas identidades que superam as demarcações históricas da modernidade, como a noção de território, inclusive considerando as implicações das tensões entre a matriz disciplinar e a do desempenho, parece ser um campo profícuo para levantar ainda mais de-

saños – e, espera-se, soluções – na forma de se produzir e fazer circular informações jornalísticas de qualidade. Refletir sobre as tensões entre visibilidade e valores desviantes – tão caros à atividade profissional e que, neste novo ecossistema midiático, só reforçam visões de mundo que corroboram o princípio da divisão – também aponta para um campo de interesse.

São exemplos questões sobre como o jornalismo pode readquirir parte da capacidade de mediação, o que poderia incluir: a humanização das narrativas jornalísticas – estas, ao menos potencialmente, capazes de proporcionar continuidades temporais na vida do público oriundas de verdadeiras experiências – em detrimento do teor meramente descritivo e, muitas vezes, sensacionalista da notícia factual; a capacidade de contextualizar por meio de um trabalho que aproveite, simultaneamente, as potencialidades dos recursos digitais e a pluralidade de atores e/ou grupos; a elaboração de estratégias de engajamento que, para além do imediatismo dos caça-cliques, criem vínculos; e a transparência que, embora bastante atacada na obra consultada de Han, em jornalismo detém especificidades relevantes em relação a outras dimensões da vida cotidiana para a própria compreensão de princípios de alfabetização midiática (*media literacy*). Embora com algumas incidências na bibliografia analisada e com potencial para servir de aporte para reconfigurações imprescindíveis do ofício, essas questões têm sido pouco exploradas nos estudos que conciliam desinformação e jornalismo.

Referências

- BUCCI, E. Ciências da comunicação contra a desinformação. In: PRATA, N.; ANDRÉ, H.; MATOS, S. S. (Orgs.). **Ciências da Comunicação Contra a Desinformação**. São Paulo: Intercom, 2023. p. 17-49.
- CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**. 4. ed. São Paulo: Editora da USP, 2019.
- CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. 5. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2016.
- CHRISTOFOLETTI, R. Percepções de jornalistas brasileiros sobre privacidade. **MATRIZES**, v. 13, n. 2, p. 179-202, 2 set. 2019.
- FAUSTO NETO, A. Mediação, midiatização: conceitos entre trajetórias, biografias e geografias. **deSignis**, v. 37, p. 45-55, 2022.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis: Universitária, 2014.
- _____. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- FRANCISCATO, C. E. Three Scenarios in 25 Years of Journalism Research (1997-2021). **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 19, n. 1, p. e1573, 2023.
- GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- HALL, S. Quem precisa da identidade?. In: SILVA, T. T.; HALL, S.; WOODWARD, K. (Orgs.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 15. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. p. 103-133.
- HAN, B. C. **Sociedade da transparência**. Petrópolis: Vozes, 2020.
- _____. **Sociedade do cansaço**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2021.
- _____. **A expulsão do outro: sociedade, percepção e comunicação hoje**. Petrópolis: Vozes, 2022a.
- _____. **Infocracia: digitalização e crise na democracia**. Petrópolis: Vozes, 2022b.
- JASPERS, K. **Introdução ao pensamento filosófico**. São Paulo: Cultrix, 2011.
- JENKINS, H. **Cultura da convergência**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.
- KAKUTANI, M. **A morte da verdade: notas sobre a mentira na era Trump**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo**: o que os jornalistas devem saber o e público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

MARTINO, L. M. S. **Teoria das mídias digitais**: linguagens, conceitos, ambientes. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

RIBEIRO, R. J. **O afeto autoritário**: televisão, ética e democracia. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

SANTAELLA, L. **Comunicação e pesquisa**: projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SHIRKY, C. **A cultura da participação**: criatividade e generosidade no mundo conectado. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SILVA, G. Para pensar critérios de noticiabilidade. In: SILVA, G.; SILVA, M. P.; FERNANDES, M. L. (Orgs.). **Critérios de noticiabilidade**: problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014a. p. 51-69.

SILVA, M. P. Perspectivas históricas da análise da noticiabilidade. In: SILVA, G.; SILVA, M. P.; FERNANDES, M. L. (Orgs.). **Critérios de noticiabilidade**: problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014b. p. 25-38.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

TOFF, B. *et al.* What we Think we Know and What we Want to Know: Perspectives on Trust in News in a Changing World. **Reuters Institute for the Study of Journalism**, Oxford, p. 1-28, 2020.

TRÄSEL, M.; LISBOA, S.; VINCIPROVA, G. R. Post-Truth and Trust in Journalism: an Analysis of Credibility Indicators in Brazilian Venues. **Brazilian Journalism Research**, v. 15, n. 3, p. 452-473, 30 dez. 2019.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information Disorder**: Toward an Interdisciplinary Framework for Research and Policy Making. Estrasburgo: Council of Europe, 2017.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T.; HALL, S.; WOODWARD, K. (Orgs.). **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual. 15. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. p. 7-72.

ZARZALEJOS, J. A. Comunicação, jornalismo e “fact-checking”. **Revista Uno**, v. 1, n. 27, p. 11-13, 2017.

Lista de artigos indexados pelo Portal de Periódicos da CAPES (2005-2022)

ABIB, R. Desinformação versus democracia: as relações do jornalismo, da ciência e da saúde na promoção de uma vida democrática. **RECIIS: revista eletrônica de comunicação, informação & inovação em saúde**, v. 16, n. 2, p. 447-460, 2022.

AGUIAR, L. A.; RODRIGUES, C. M. Expertise no jornalismo: considerações sobre a autoridade profissional no contexto da desinformação impulsionada pelos algoritmos. **Chasqui**, v. 1, n. 147, p. 243-258, 2021.

AGUIAR, L. A.; ROXO, L. A. A credibilidade jornalística como crítica à “cultura da desinformação”: uma contribuição ao debate sobre fake news. **Mídia e Cotidiano**, v. 13, n. 3, p. 162-186, 2019.

ALENCAR, M. T.; DOURADO, J. L. Da pós-verdade a pós-imprensa: a crise do jornalismo na era da desinformação. **Cadernos Cajuína**, v. 5, n. 1, p. 88-101, 2020.

AMORIM, L.; MASSARANI, L.; BACCINO, T. Inovação, possibilidades e limitações no uso de rastreador ocular na pesquisa em divulgação da ciência: um estudo sobre a importância da fonte de informação em textos sobre saúde. **RECIIS: revista eletrônica de comunicação, informação & inovação em saúde**, v. 15, n. 4, p. 914-937, 2021.

BARSOTTI, A.; EMANUEL, B.; BERTOL, R. HoraDeVotar: uma experiência de media literacy durante o ensino remoto. **Comunicação & Educação**, v. 27, n. 2, p. 155-168, 2022.

BAYER, D. A. Meios de comunicação na era da desinformação, a reprodução do medo e sua influência na política criminal. **Temas Sócio-Jurídicos**, v. 35, n. 71, p. 113-137, 2016.

BECKER, B. et al. News Literacy: um antídoto contra a desinformação diante da pandemia da COVID-19. **Rizoma**, v. 8, n. 1, p. 185-204, 2020.

BONSANTO, A. Narrativas “historiográfico-midiáticas” na era da pós-verdade: um olhar sobre o revisionismo histórico para além das fake news. **Liinc em Revista**, v. 17, n. 1, p. e5631, 2021.

CALVO, D.; ORÓN, L. C.; ABENGOZAR, A. E. Materiales y evaluación del nivel de alfabetización para el reconocimiento de bots sociales en contextos de desinformación política. **La Revista Icono 14**, v. 18, n. 2, p. 111-137, 2020.

CASTRO, J. C. L. Plataformas algorítmicas e economia da desinformação. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 18, n. 2, p. 91-103, 2021.

D’ANDRÉA, C. F. B.; HENN, R. Desinformação, plataformas, pandemia: um panorama e novos desafios de pesquisa. **Fronteiras: Estudos Midiáticos**, v. 23, n. 2, p. 2-13, 2021.

DELMAZO, C.; VALENTE, J. C. L. Fake news nas redes sociais on-line: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. **Media & Jornalismo**, Coimbra, v. 18, n. 32, p. 155-169, 2018.

FERNANDES, J. C. et al. Jornalismo para investigar a desinformação em instância local. **Interin**, v. 27, n. 2, p. 27-47, 2022.

FERNANDES, K. M.; PRESSER, N. H. Jornalismo policial e o bolsonarismo: a desinformação como estratégia de dominação simbólica na TV. **Interin**, v. 26, n. 2, p. 154-172, 2021.

FERREIRA, F. V.; VARÃO, R. Separação equivocada entre política e saúde: processos de desinformação e fake news de saúde na pandemia da COVID-19 no Brasil. *Fronteiras: Estudos Midiáticos*, v. 23, n. 2, p. 44-57, 2021.

FERREIRA, G. B. Populismo e desinformação em tempos de COVID-19: um estudo empírico sobre redes sociais e infodemia. **Mediapolis: Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público**, n. 11, p. 11-26, 2020.

GADINI, S. L.; WOITOWICZ, K. J. O controle da opinião pública em tempos de desinformação: contribuições de Nilson Lage. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 19, n. 1, p. 99-109, 2022.

GEHRKE, M.; BENETTI, M. A desinformação no Brasil durante a pandemia de COVID-19: temas, plataformas e atores. **Fronteiras: Estudos Midiáticos**, v. 23, n. 2, p. 14-28, 2021.

GOULD, L.; BLOTTA, V. S. L. Desinformação e violência contra jornalistas como violências contra a comunicação: análise de casos entre 2021 e 2022 em São Paulo e no Brasil. **RuMoRes**, v. 16, n. 32, p. 17-38, 30 dez. 2022.

GOULD, L.; ROCHA, V. O uso social dos afetos: um olhar sobre o jornalismo sensível na era da desinformação. **Comunicologia**, v. 14, n. 1, p. 102-121, 2021.

GRANEZ, M. D. S.; CARVALHO, C. P. Informação versus desinformação: a crise sanitária da COVID-19 e o papel da “autoridade” médica na divulgação de conhecimentos científicos. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 9, n. 2, 2021.

HERRERO-DIZ, P.; PÉREZ-ESCOLAR, M.; SÁNCHEZ, J. F. P. Desinformación de género: análisis de los bulos de Maldito Feminismo. **La Revista Icono 14**, v. 18, n. 2, p. 188-216, 2020.

JAVORSKI, E.; BARGAS, J. A informação sobre a COVID-19 nos desertos de notícias: a relevância do jornalismo interior do Pará. **Liinc em Revista**, v. 16, n. 2, p. e5339, 2020.

KLEIN, E. J. C.; KLEIN, G. V. C. A circulação do discurso especializado como parte dos fluxos de desinformação sobre a COVID-19 no WhatsApp. **Matraga**, v. 28, n. 53, p. 282-297, 2021.

LELO, T. V. Verdade e hegemonia nas estratégias jornalísticas de combate à desinformação. **Comunicação, Mídia e Consumo**, v. 19, n. 55, p. 250-269, 2022.

LEMOS, A.; OLIVEIRA, F. Fake news e cadeias de referência: a desinformação sobre COVID-19 e o projeto de verificação do Facebook. **Fronteiras: Estudos Midiáticos**, v. 23, n. 2, p. 73-88, 2021.

LISBOA, M. R.; PEREIRA, A. G. Sob o olhar da desconfiança: jornalistas como alvo de desinformação na pandemia da COVID-19. **Mídia e Cotidiano**, v. 17, n. 1, p. 32-57, 2022.

LÓPEZ-GARCÍA, X.; VIZOSO, Á.; PÉREZ-SEIJO, S. Verification Initiatives in the Scenario of Misinformation: Actants for Integrated Plans with Multi-Level Strategies. **Brazilian Journalism Research**, v. 15, n. 3, p. 614-635, 2019.

LUIZ, T. C. Populismo e desinformação no contexto da COVID-19: uma reflexão em torno das manifestações de Jair Bolsonaro durante a pandemia. **Mediapolis: Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público**, n. 11, p. 57-70, 2020.

MARTINS FILHO, J. A.; SHUEN, L. C. Checagem de fatos numa democracia em xeque: implementação da Plataforma Sem Miguê nas eleições municipais de São Luís. **Revista Observatório**, v. 7, n. 3, p. 1-20, 2021.

MASSARANI, L. et al. Vacinas contra a COVID-19 e o combate à desinformação na cobertura da Folha de S.Paulo. **Fronteiras: Estudos Midiáticos**, v. 23, n. 2, p. 29-43, 2021.

MEDITSCH, E. A desinformação política na campanha eleitoral de 2002: o programa de governo de Lula na propaganda e no jornalismo eletrônicos. **Comunicação e Sociedade**, v. 26, n. 43, p. 29-45, 2005.

MORAIS, N. S.; CRUZ, M. Desinformação e fake news: estudo com alunos de comunicação de uma Instituição de Ensino Superior. **Mediapolis: Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público**, n. 11, p. 27-40, 2020.

MOSCOSO, L. Modelo de produção de mídias alternativas como soluções democráticas para a desinformação. **Revista Observatório**, v. 6, n. 6, p. 1-24, 2020.

ORTEGA, A. G.; AVILÉS, J. A. G. Uso del diseño lúdico para combatir la desinformación: los newsgames como herramienta para la concienciación sobre los bulos. **La Revista Icono 14**, v. 19, n. 1, p. 179-204, 2021.

PAGANOTTI, I.; MARQUES, F. E. S. Proteção da imagem do (e no) STF : autodefesa, difamação, desinformação e direitos comunicacionais no caso do livro “Operação Banqueiro”. **RuMoRes**, v. 16, n. 32, p. 58-79, 30 dez. 2022.

PENTEADO, C. L. C. et al. Populismo, desinformação e COVID-19: comunicação de Jair Bolsonaro no Twitter. **Media & Jornalismo**, Coimbra, v. 22, n. 40, p. 239-260, 2022.

PRAZERES, M.; RATIER, R. O fake é fast? Velocidade, desinformação, qualidade do jornalismo e media literacy. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 17, n. 1, p. 86-95, 2020.

RESENDE, L.; SOUZA, J. L. A. A propagação de desinformação em tempos de coronavírus: considerações em torno do programa “Fato ou Fake”. **Revista Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo**, v. 23, n. 1, p. 296-310, 2021.

REZENDE, L. V. R.; CRUZ-RIASCOS, S. A.; RIBEIRO, G. M. C. Reflexões sobre as atuações do bibliotecário e jornalista como agentes facilitadores na construção de saberes no combate à desinformação. **Liinc em Revista**, v. 17, n. 1, p. e5701, 2021.

RODRIGUEZ-PEREZ, C.; SEIBT, T. Os critérios dos fact-checkers brasileiros: uma análise dos propósitos, princípios e rotinas desta prática jornalística. **Brazilian Journalism Research**, v. 18, n. 2, 2022.

SAAD, E. Reflexões sobre ontologias jornalísticas no contexto de desinformação e crises sistêmicas. **Fronteiras: Estudos Midiáticos**, v. 23, n. 2, p. 58-72, 2021.

SANTOS, C. R. P.; MAURER, C. Potencialidades e limites do fact-checking no combate à desinformação. **Comunicação & informação**, v. 23, p. 1-14, 2020.

SEIBT, T. Uma coletânea para alargar o olhar sobre a “nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade”. **RECIIS: revista eletrônica de comunicação, informação & inovação em saúde**, v. 14, n. 1, p. 261-267, 2020.

SEIBT, T.; DANNENBERG, M. Pandemia, desinformação e discurso autoritário: os sentidos das declarações de Jair Bolsonaro no Twitter a partir de checagens do Aos Fatos. **Liinc em Revista**, v. 17, n. 1, p. e5687, 2021.

SERELLE, M.; SOARES, R. D. L. As novas formas do falso: entretenimento, desinformação e política nas redes digitais. **Intexto**, n. 52, p. 1-20, 2021.

SILVA, E. F.; MARADEI, A. Desinformação nas redes sociais digitais e o papel das agências de checagem em tempo de pandemia de COVID-19. **Rizoma**, v. 9, n. 1, 2021.

SOUZA, R. B. R. “Fake news”, pós-verdade e sociedade do capital: o irracionalismo como mo-tor da desinformação. **Revista Famecos**, v. 26, n. 3, 2019.

SPINELLI, E. M.; PORTAS, I. A. A imprensa como instituição política no Brasil: os reflexos dos ideais modernos em um cenário de cultura digital, desinformação e pós-verdade. **Mídia e Cotidiano**, v. 16, n. 2, p. 42-62, 2022.

SPINELLI, E. M.; SANTOS, J. A. Alfabetização Midiática na era da desinformação. **Eccom**, v. 11, n. 21, p. 147-163, 2020.

TAVARES, T. G.; MENDONÇA, K. S.. Liberdade de expressão, programas policiais e desinformação: um olhar para o desequilíbrio na resolução de conflitos entre direitos. **RuMoRes**, v. 16, n. 32, p. 80-106, 30 dez. 2022.

THOMÉ, C.; MORAIS, L. S.; OLIVEIRA, A. C. C. Desafios e estratégias no combate à desinformação na Pandemia: análise da cobertura telejornalística do caso Epcar em Barbacena. **Mídia e Cotidiano**, v. 15, n. 3, p. 194-217, 2021.

TSANDZANA, D. Estratégias de Comunicação Política em Moçambique: entre a exclusão de candidatos e o combate à desinformação. **Mediapolis: Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público**, n. 11, p. 71-86, 2020.

Informações para textos em coautoria

Concepção e desenho do estudo

Hendryó André

Aquisição, análise ou interpretação dos dados

Hendryó André e Cintia Xavier

Redação do manuscrito

Hendryó André e Cintia Xavier

Revisão crítica do conteúdo intelectual

Hendryó André e Cintia Xavier

Informações sobre o artigo

Resultado de projeto de pesquisa, de dissertação, tese

Este artigo é resultado da pesquisa de pós-doutorado em andamento intitulada *Visibilidade jornalística e reconfigurações da noticiabilidade: dilemas e desafios éticos enfrentados por jornalistas em um contexto de desinformação*, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Fontes de financiamento

A pesquisa é financiada pelo Programa Nacional de Pós-Doutoramento Estratégico (PNPD), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com bolsa de pós-doutorado, desde dezembro de 2022 – código 88887.798383/2022-00.

Considerações éticas

Não se aplica.

Declaração de conflito de interesses

Não se aplica.

Apresentação anterior

46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2023, Belo Horizonte (MG).

Agradecimentos/Contribuições adicionais:

Não se aplica.